III – Determinar à Corregedoria Geral de Polícia Civil e à Diretoria de Administração que adotem todas as medidas necessárias ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
Delegado WALTER RESENDE DE ALMEIDA
Delegado-Geral
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 704097

PORTARIA Nº145/2021-DG/PC-PA

Belém-Pa, terça-feira, 24 de agosto de 2021.

O Delegado-Geral de Polícia Civil no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar n.º 022/94.

CONSIDERANDO O requerimento firmado pelo servidor RICARDO OLIVEIRA DO ROSÁRIO, excelentíssimo Delegado de Polícia Civil, Diretor da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais – CORE, por meio do qual propôs a instauração de processo administrativo para apurar, em tese, dano a promoção funcional por ato de bravura e condecoração com Medalha Ato de Bravura Policial Civil, em razão de fato ocorrido no dia 29 de agosto de 2014, em uma Farmácia deste município de Belém/PA;

CONSIDERANDO A representação juntou documentos da prática, em tese do citado ato de bravura, ressaltando que a autoridade requisitante encontrava-se no interior da farmácia “Big Ben”, no dia 29/08/2014, por volta das 09:00, acompanhado da sua esposa e de seu filho menor de idade, quando o nacional identificado como David Lopes Pantoja, invadiu a farmácia, enquanto o nacional, identificado como sendo Thiego Silva do Nascimento, permaneceu do lado de fora, aguardando o comparsa. Neste local, o nacional Deivid, passando-se por um cliente, exibiu a arma de fogo, tipo revolver calibre .38, marca Taurus, com seis munições, ao funcionário do estabelecimento, anunciando o assalto e ordenando que os clientes se dirigissem para os fundos da farmácia. Disse que encontrava-se no local, naquele dia e hora, para comprar medicamentos para o seu filho, criança de colo, que estava doente, na companhia da mãe, também Delegada de Polícia, que estava grávida do segundo filho do casal. Destacou, ainda, que ao se dirigir ao caixa, enquanto retirava sua carteira porta cédulas do bolso, a atendente do estabelecimento lhe disse para guardar seu dinheiro, e nesta ocasião, o requerente percebeu que se tratava de um assalto à farmácia. Ressaltou que o delito foi consumado, com o roubo de aparelhos eletrônicos da vitrine do referido estabelecimento, tendo o nacional Deivid Pantoja saído em direção a uma motocicleta, estacionada na via pública, ocasião em que o requerente deixou o filho doente com a esposa e foi em direção do dito Deivid, que portava a arma utilizada no crime, na cintura, facilitando, assim, a abordagem do requerente, o qual sacou sua arma de fogo e deu voz de prisão em flagrante ao criminoso, desarmando-o. Também rendeu o comparsa de Deivid, o qual estava desarmado. O requerente, em razão de estar sozinho, na ocasião, determinou que os dois criminosos deitassem ao chão, enquanto aguardava reforço policial. Arguiu, o delegado de Polícia requerente, que tomou todas as cautelas devidas em sua ação, que culminou com a prisão dos criminosos. Por fim, arguiu que os infratores foram conduzidos até a Delegacia de Polícia para a adoção dos procedimentos flagranciais.

CONSIDERANDO O disposto no artigo 54-A, §§ 1º e 2º da Lei Complementar 022/1994 e Decreto 121, de 23.05.2019, que instituiu a Medalha Ato de Bravura Policial Civil, bem como, deliberação constante da Ata da Terceira Reunião do Conselho Superior de Polícia Civil – CONSUP/PC-PA;

RESOLVE: I – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar a prática, em tese, de Ato de Bravura, constante do requerimento formulado pelo servidor RICARDO OLIVEIRA DO ROSÁRIO, Exmo. Delegado de Polícia Civil, matrícula funcional nº 80845034, fato ocorrido no dia 29 de agosto de 2014, em uma Farmácia deste município de Belém/PA, tudo em consonância com o que dispõe o artigo 54-A, §§ 1º e 2º da Lei Complementar 022/1994 e Decreto 121, de 23.05.2019.

II – DESIGNAR a servidora ISOMARY ANDRADE RÉGIS MONTEIRO, Exma. Delegada de Polícia Civil, com lotação na Corregedoria de Polícia, para presidir a apuração, concluindo o procedimento no prazo de 15 (quinze) dias, conforme disposto no § 2º, do artigo 54-A, da Lei Complementar 022/1994;

III – Determinar à Corregedoria Geral de Polícia Civil e à Diretoria de Administração que adotem todas as medidas necessárias ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
Delegado WALTER RESENDE DE ALMEIDA
Delegado-Geral
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 704104

PORTARIA Nº 1116/2021-GAB/DGPC/AFASTAMENTO

Belém, 03 de Setembro de 2021

O Delegado-Geral de Polícia Civil, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022 de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO o Art. 40, §1º, II da CF/1988, c/c Lei Complementar nº 152/2015, Art. 2º inciso I, que dispõe sobre a Aposentadoria Compulsória do servidor público aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;

CONSIDERANDO que o Servidor MILTON RAIMUNDO LEOPOLDINO, AGENTE DE PORTARIA, matrícula nº 70327/1, completou 75 (setenta e cinco) anos de idade no dia 03 de setembro de 2021;

R E S O L V E: I – Conceder, por necessidade da administração, Aguardando Aposentadoria Compulsória, para o servidor MILTON RAIMUNDO LEOPOLDINO, AGENTE DE PORTARIA, matrícula nº 70327/1, o

direito de se Afastar sem Comparecer ao Trabalho e sem Prejuízo de sua Remuneração, a contar de 03 DE SETEMBRO DE 2021.

II - Determinar às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
WALTER RESENDE DE ALMEIDA
Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 704269

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

Belém-PA, quarta-feira, 08 de setembro de 2021

PORTARIA N.º 151/2021-DGPC/DIVERSOS

A Chefe de Gabinete da Polícia Civil ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: os termos da Lei Complementar nº 022/94 de 15/03/1994, alterada pela Lei nº 055/2006, que confere ao Delegado Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO: a recomendação da Auditoria Geral do Estado, no sentido de que seja designado Fiscal para os contratos vigentes com vistas a acompanhar a execução dos mesmos.

CONSIDERANDO: a PORTARIA Nº182/2020-DC/PCPA, do dia 28 de Outubro de 2020, publicada no DOE Nº34.394 dia 04 de novembro de 2020.

RESOLVE:

I – REVOGAR os termos da PORTARIA Nº030/2020 – DGPC/DIVERSOS, de 27/02/2020, que designou o servidor NEWTON NOGUEIRA DA SILVA JÚNIOR, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº5098840, para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 037/2020-PC/PA, firmado com a Empresa BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO, CNPJ Nº 00.352.294/0004-63, e no seu impedimento, o servidor GOLDEMBERG GONZAGA DO NASCIMENTO SOUZA, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº5206634.

II – DESIGNAR nos termos da Lei nº 8666/93 o servidor DILERMANDO DANTAS JÚNIOR, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº57193830, para acompanhar como FISCAL a execução do Contrato nº 037/2020 – PC/PA, firmado com a Empresa BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO, CNPJ Nº 00.352.294/0004-63, cujo objeto é a Contratação da INFRAERO conforme consta nos Termos de Cessão de Uso de área do Aeroporto Internacional de Belém/Val-de-Cans/Júlio Cezar, e no seu impedimento, o servidor JOÃO BOSCO RODRIGUES JÚNIOR, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº5836759/1, que assistirá o referido contrato com as mesmas atribuições, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, desde o início até o término da vigência contratual.

III – ATRIBUIR ao fiscal do Contrato as seguintes atividades:

- acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
- registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;
- determinar a reparação, correção ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato;
- exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
- exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);
- atestar e encaminhar as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas para a Diretoria de Administração;
- comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IV – DETERMINAR a Diretoria de Administração que adote as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO
Chefe de Gabinete da Polícia Civil

Protocolo: 703884

DIÁRIA

PORTARIA Nº: 01601/2021 - DGPC/OD/DRF DE 13 de Setembro de 2021.

CONSIDERANDO: o teor do PROT 2021/997775, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de CURRALINHÓ, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no período de 14/09/2021 a 21/09/2021;

1. EPC RESIOMAR GONCALVES SANTOS - MAT: 57229986
(GRUPO: B, VALOR: R\$ 237,38, QTD: 7, TOTAL: R\$ 1,661.66)

CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;

RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de diária(s) aos servidores listados abaixo, perfazendo um total de R\$ 1,661.66 (UM MIL, SEISCENTOS E SESENTA E UM REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.